

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Divulgação/Eletronuclear



Representantes do Japan Atomic Industrial Forum

Delegação japonesa visita Central Nuclear em Angra

A Eletronuclear recebeu representantes do Japan Atomic Industrial Forum (JAIF) para uma visita técnica às instalações de Angra 2 e ao Observatório Nuclear. A delegação esteve no Brasil para participar da COP 30, em Belém, e incluiu em sua agenda uma parada em Angra

dos Reis para conhecer de perto a operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. A visita ocorreu poucos dias após a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Associação Brasileira Para Desenvolvimento de Atividades Nucleares e o JAIF.

Uso pacífico da energia nuclear

A instituição é uma das principais do setor nuclear mundial, reunindo empresas de energia, fornecedores, centros de pesquisa e órgãos governamentais do Japão. Criada em 1956, a entidade

atua na promoção do uso pacífico da energia nuclear, no desenvolvimento tecnológico. O grupo foi composto por Hideki Masui, presidente do JAIF, acompanhado por Kei Yamada e Daniel Liu.

Brasil e Japão

Como o acordo prevê ações como intercâmbio entre especialistas, realização de missões técnicas e iniciativas de qualificação profissional, a visita contribui para aproximar as equipes brasileiras e

japonesas. “Esta foi a segunda usina de tecnologia KWU que visito e fiquei impressionado com a organização dos funcionários, principalmente na sala de controle”, disse o presidente do JAIF.

Divulgação/Portal Santana do Ipanema



Vereador quer medidas de segurança para passeios

Transporte recreativo tem critérios para operar

A diversão em meios de transporte recreativos, como o “Trenzinho da Alegria” e “Carreta da Alegria”, vai ficar mais segura em Resende. Já está em vigor a Lei nº 170/2025, de autoria do presidente da Câmara Municipal, vereador Sandro Rittton (PP), que estabelece critérios para o funcionamento do transporte recreativo na

cidade. A medida beneficia, em especial, crianças e adolescentes, que formam o público predominante desses serviços. Dentre as principais exigências, estão: veículos com no máximo 10 anos de fabricação, obrigatoriedade de vistoria periódica, de seguro de responsabilidade civil e de alvará de funcionamento.

Suspensão de funcionamento

O vereador argumenta que a nova lei assegura o maior controle do Poder Público, prevenindo acidentes e dando mais tranquilidade às famílias. A lei também estabelece requisitos como o uso obrigatório de cinto de segurança ou equipamentos equivalentes nos

assentos, circulação restrita a vias previamente autorizadas pela autoridade municipal de trânsito e velocidade máxima de 40 km/h. O descumprimento das exigências fixadas pela lei pode gerar advertência por escrito, suspensão da autorização de funcionamento.

Desastres naturais

Outra proposta aprovada pela Câmara de Resende, de autoria do vereador Tiago Forastieri (Cidadania), solicita ao governo municipal e à Defesa Civil um estudo de viabilidade para a implantação de um sistema municipal de alerta de chuvas e riscos de desastres naturais. O

vereador argumenta que chuvas intensas, alagamentos e deslizamentos de terra são recorrentes em Resende e colocam em risco a segurança da população, em especial a das famílias que moram nas proximidades de rios. “Queremos garantir uma resposta mais rápida”.

REGIÃO DO VALE

Prefeito muda regras para atestado médico em UPA

Cremerj pedirá esclarecimentos a Furlani sobre nova medida

Arquivo/PMBM



Prefeito Tiktok de Barra Mansa faz anúncio pelas redes sociais e volta a gerar polêmica

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) enviará ofício à Prefeitura de Barra Mansa pedindo esclarecimentos sobre a medida anunciada pelo prefeito, Luiz Furlani, na semana passada, a respeito de atestados médicos emitidos pela UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Furlani determinou que seja adotado o protocolo conhecido como “Manchester”, que adota critério da classificação de risco no atendimento a pacientes. Em nota, o Cremerj afirma que atestados médicos são atividades privativas do médico e cita a Lei nº 12.842/2013, que ampara os profissionais.

Pelo protocolo Manchester, se o paciente for classificado como “verde”, terá apenas uma declaração do mérido informando sobre o comparecimento à unidade, sem direito a atestado. Nos casos de urgência ou emergência, o atestado valerá somente para o período em que o paciente permaneceu na Unidade de Pronto Atendimento ou no período que durar o tratamento.

Novamente, como virou costume, Furlani divulgou a nova medida em suas redes sociais, motivo pelo qual é conhecido em toda a região Sul Fluminense como prefeito Tiktok. A assessoria de imprensa não enviou release aos órgãos de imprensa, informando a alteração.

— Gente, estamos enfrentando um grande volume de atendimentos, principalmente segunda, terça-feira e quarta-feira de pessoas vindo até a UPA exigindo do médico a emissão de atestado médico independente da classificação médica. E o que nós vamos fazer a partir de agora? Está oficialmente implementado o Protocolo de Manchester para fins de emissão de atestado médico pela UPA - disse o prefeito, por meio de redes sociais.

O Protocolo de Manchester é um sistema de triagem clínica que usa cores para classificar a gravidade dos casos em serviços de emergência, priorizando o

atendimento com base na urgência de cada paciente. Ele atribui uma cor a cada pessoa após uma avaliação inicial de sinais e sintomas, e não pela ordem de chegada.

E mais: Furlani diz que a medida é para melhorar “o atendimento de urgência e emergência diante do altíssimo número de pessoas que vão à UPA buscar atendimento com objetivo único de pegar atestado, e isso tem atrapalhado muito o atendimento prioritário de urgência e emergência”.

—Gente, não adianta pressionar o médico ou toda a equipe.Se não estiver classificado como amarelo ou verme-

lho, terá apenas a declaração de comparecimento. O atestado médico é de total prerrogativa do médico. É ele quem define o tempo e a necessidade da emissão - explica o prefeito.

O prefeito continua, afirmando que continuará trabalhando para dar o melhor atendimento na UPA de Barra Mansa.

—Já fornecemos medicação para quem é atendido, já garantimos transporte de 21h às 6h, já fizemos melhorias estruturais e vamos continuar acompanhando tudo isso, com um único objetivo: Prestar o melhor serviço para a nossa gente - afirma o prefeito Luiz Furlani.

Evento discute sobre “Políticas de Juventude pela Justiça Climática”

Geraldo Gonçalves/PMVR



Fórum reúne jovens em Volta Redonda

A Secretaria Municipal da Juventude (Sejuv) e o Conselho Municipal da Juventude (CMJ) de Volta Redonda realizaram, na sexta-feira, dia 28, o Fórum da Juventude com o tema “Políticas de Juventude pela Justiça Climática”. O evento lotou o campus da Estácio, no bairro Aterrado, reunindo jovens de 15 a 29 anos interessados em debater soluções para os desafios climáticos e fortalecer a participação juvenil na construção de políticas públicas. Durante o encontro, foram eleitos os novos membros do CMJ para o biênio 2026/2027.

As discussões foram guiadas por quatro eixos principais: mitigação e adaptação climática; mobilidade urbana verde e universal; combate à poluição industrial e seus impactos socioambientais; e educação climática para a cidadania ativa. Os debates foram enriquecidos pela presença de estudantes que participaram das ações pré-fórum realizadas em escolas do município, entre elas o Colégio Estadual Presidente Roosevelt,

onde os jovens já haviam iniciado reflexões e grupos de trabalho sobre justiça climática.

Entre os participantes, jovens de diferentes segmentos reforçaram a importância do encontro. A produtora cultural Letícia Vitória do Nascimento afirmou que estar presente era uma forma de

garantir voz à juventude nos processos decisórios.

“Participo porque me candidatei à vaga de conselheira. Para mim, é muito importante termos voz na construção das políticas públicas. Sempre participei das iniciativas estudantis, como o grêmio, e estar aqui hoje é continuar contribuindo

do. A importância do fórum é enorme, não tem como medir”, contou Letícia.

Para João Marcos de Souza, representante do Projeto Vida, o fórum marca uma nova fase para a juventude de Volta Redonda. “Este fórum é importante não só pelo tema da justiça climática, mas também porque vivemos uma nova era na prefeitura, com a criação da Secretaria da Juventude. Estamos mobilizando jovens e adolescentes para fazerem parte desse processo. É um espaço essencial para debater temas centrais para a sociedade, e reforçar a importância da juventude no crescimento da cidade”, afirmou.

O secretário Municipal da Juventude, Munir Francisco Filho, reforçou que a participação dos jovens é essencial para o avanço das políticas públicas em Volta Redonda. “Os jovens de Volta Redonda estão atentos aos desafios atuais e comprometidos com a construção de uma cidade mais sustentável e inclusiva”.

Aldeia Sapukai tem mutirão de serviços

A Aldeia Sapukai, em Angra dos Reis, recebeu um mutirão de atendimento que levou cidadania para dentro do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda. A ação, realizada na semana passada, é fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Segurança Pública e a Defensoria Pública do Estado do Rio, que coordenou parte fundamental da iniciativa na garantia do direito ao território, por meio do acesso a serviços públicos essenciais.

Com quase 300 Cartões

Passageiro Cidadão emitidos em dois dias, a mobilização garantiu um benefício concreto e imediato: o subsídio municipal de parte da passagem, um recurso que reduz desigualdades e facilita o deslocamento sem comprometer modos de vida, trabalho e estudo. Para ser atendido, era obrigatória a apresentação do CPF, documento que passou a ser a chave de entrada para um direito básico — ir e vir com dignidade, agora com apoio do poder público.

Para a Defensora Pública em atuação no 9º Núcleo de

Tutela Coletiva, Juliana Rodrigues, o alcance da iniciativa ultrapassa a emissão do cartão e toca o centro da atuação institucional:

— A importância dessa ação é garantir a permanência no território por meio do acesso aos serviços públicos. Mesmo sem atuarmos nos procedimentos de demarcação de competência federal, o direito de permanência com segurança e acesso a serviços impede deslocamentos forçados e protege a autodeterminação cultural — afirmou.

A Aldeia Sapukai, maior al-

deia indígena do estado, abriga uma comunidade guarani que transforma cultura em cotidiano: no ensino bilíngue, na agricultura tradicional, na música ritual e no artesanato de taquara, produzindo principalmente pelas mulheres e comercializado no Espaço Cultural Verá Mirim, no centro de Angra, que funciona como ponte entre a aldeia e a cidade.

A presença da Defensoria reafirmou que defender direitos indígenas é garantir condições para as comunidades manterem autonomia.